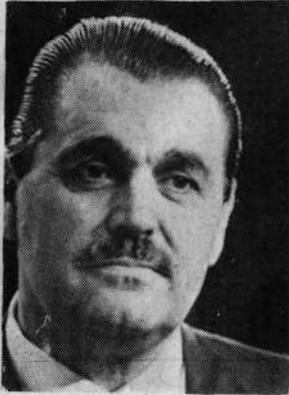


Pesquisa de Sant'Anna não garante aprovação

VERA RAMOS
Da Editoria de Política



lensen

Dos 317 constituintes que assinaram a emenda do deputado Mateus Iensen (PMDB-PR), propondo cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, apenas a metade confirmou sua tendência às consultas informais que o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), vem realizando desde a semana passada. Portanto, se a matéria fosse a votação nos próximos dias, os cinco anos não teriam maioria — 280 votos no plenário da Constituinte.

Carlos Sant'Anna adiantou, no entanto, que a sua enquete junto aos parlamentares só estará concluída no final desta semana. Mas, admitiu que o tema será muito discutido e que os constituintes continuam com muitas dúvidas. Já o autor da emenda, deputado Mateus Iensen acredita que o plenário só não apoiará os cinco "se Deus não quiser". Pelas suas contas, o número de indecisos não ultrapassa a 10, o que ainda deixa uma boa margem de vitória para os cinco anos. O coordenador do Centrão,

deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), preferiu não fazer previsões, alegando que o grupo não discute mandato presidencial.

O resultado das consultas que o líder Carlos Sant'Anna está fazendo junto aos constituintes reflete o nível de indecisão da maioria dos parlamentares em relação ao mandato do Presidente da República. Demonstra, também, que assinatura não significa voto assegurado. Na bancada do Paraná, por exemplo, três deputados que assinaram a emenda por cinco anos — Max Rosemann, Sérgio Spada e José Tavares — es-

tão sendo pressionados em suas bases eleitorais para que modifiquem o voto para quatro anos.

No grupo dos parlamentaristas, que preferem os cinco anos, também começa a ocorrer dissidência. O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) já admitiu que vota pelos quatro anos caso o presidencialismo saia vitorioso. O deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) é da mesma opinião.

Mas o pior inimigo da emenda do deputado Mateus Iensen é a inflação. Um dos constituintes que integram a lista dos defensores fervorosos do mandato de cinco anos, o líder do PFL, José Lourenço (BA) afirmou que se o Governo quiser ficar cinco anos terá que baixar a inflação e aumentar o ritmo de crescimento da economia. Caso contrário, as dificuldades serão ainda maiores. Ele descartou, porém, que uma mobilização popular, em prol dos quatro anos, possa aumentar as chances para os que defendem eleições presidenciais ainda este ano. Em sua opinião, os constituintes não modificarão o seu voto em função da pressão das bases eleitorais.

O senador Virgílio Távora (PDS-CE), que defende cinco anos de mandato para Sarney e presidencialismo como futuro sistema de governo, foi taxativo: "Vai dar quatro anos e parlamentarismo". Acrescentou que qualquer constituinte pode chegar a essa mesma conclusão: "E só saber contar. A maioria é pelo parlamentarismo e por um mandato de quatro anos", garantiu.

Já o deputado Guilherme Afff Domingos (PL-SP), ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo, teme que a derrota dos cinco anos no plenário seja irreversível. "E tão irreversível quanto o fracasso do Governo em suas tentativas de estabilizar a economia". Lembrou que a classe empresarial já não acredita que as autoridades econômicas tenham condições efetivas de controlar o déficit público e baixar a tendência de alta dos índices inflacionários. "A própria Fiesp está recomendando que se faça um referendo popular sobre mandato", o que, para o deputado, significa que mesmo os empresários não querem firmar compromisso com o atual Governo.

Empresários querem Ermírio já

Da Sucursal

São Paulo — Eleger o novo presidente da República em 88, Antônio Ermírio como o mais votado e, na escala de 1 a 10, a nota de 3,1 para o desempenho do presidente Sarney. Esses são alguns dados da pesquisa sobre "conjuntura" realizada entre 103 empresários executivos de finanças no mês de janeiro pela Trevisan e Associados, empresa paulista que trabalha na área de consultoria e auditoria empresarial.

O mandato de quatro anos para o presidente Sarney recebeu 86 por cento dos votos, contra os 14 favoráveis aos cinco anos. Noventa e oito por cento dos entrevistados não confiam nos homens que governam o País. Na lista dos presidenciais, deponta absoluto o empresário Antônio Ermírio de Moraes, com 60 por cento dos votos. Ele vem seguido do senador Mário Covas, com 8 por cento e do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro,

com 6 por cento. Vinte por cento dos empresários preferem outros nomes.

A pesquisa trata também da atual situação das empresas e seus investimentos. No item previsão de faturamento para o primeiro semestre de 88 em relação ao último de 87, 71 por cento dos empresários acreditam num maior faturamento. Esse dado mostra uma boa expectativa, se comparado à última pesquisa realizada pela Trevisan, em outubro de 87, quando a previsão de maior faturamento era de 59 por cento. Mas a questão seguinte mostra que 51 por cento das empresas pretende manter o nível de emprego, 37 por cento pretendem aumentá-lo e 12 por cento diminuir. Esses dados, comparados à pesquisa anterior (mantido 67 por cento, aumentado 30 por cento e diminuído 3 por cento) refletem que, apesar da expectativa do aumento de faturamento, as empresas pretendem enxugar seus quadros.

Em relação à carga tributária, 92 por cento dos

entrevistados afirmaram pagar muito imposto de renda, um por cento acha que paga pouco e 7 por cento vêem o Leão como "justo". Quanto à existência de isenções de IR aos parlamentares, militares e magistrados, os empresários são radicais: 98 por cento contra. Quanto à carga tributária para 88, eles não se mostraram muito otimistas. A partir das alterações do pacote de dezembro passado, 92 por cento acreditam que a carga tributária aumentará.

Na área de investimentos a pesquisa aponta uma tendência conservadora. Entre as melhores opções para se investir na atualidade, despontam a poupança (23 por cento), os imóveis (18 por cento) e o ouro (15 por cento). Antônio Marmo Trevisan, presidente da Trevisan e Associados, acredita que essa concentração dos investimentos considerados "conservadores" deve-se a dois fatores: insegurança e expectativa de uma inflação alta.

Prisco confia nos cinco anos

Belo Horizonte — "Está mais do que demonstrado que a tendência da Assembléia Nacional Constituinte é pela fixação do mandato de cinco anos, e quanto a isso, todos nós temos a mais absoluta tranquilidade", declarou ontem, em Belo Horizonte, o ministro da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Prisco Viana. O ministro sustentou que não há um só exemplo nas constituições brasileiras de se ter votado uma "discriminação deste tipo", um mandato para o Presidente em exercício e outro determinado para os futuros presidentes da República, o que tornaria injustificáveis os quatro anos para o presidente Sarney.

O ministro rebateu as acusações de que o Governo Federal estaria privilegiando os Estados cujos governadores são defensores do mandato de cinco anos.

JULIO ALCANTARA



Epitácio Cafeteira: temor que outros governadores deixem a batalha dos 5 anos

Para cúpula do PMDB, tempo ameaça 4 anos

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

Políticos ligados ao presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, fazem uma avaliação preocupante, para o governo, em matéria de mandato. Sustentam que, se a eleição fosse hoje, é provável que vencesse o mandato de cinco anos; como já começaram as defecções não sabem avaliar se haverá tempo para manter essa equação, de forma a garantir a vitória do mandato de cinco anos com eleição em novembro de 89.

"Eu já vi muitos constituintes mudarem de cinco para quatro anos, mas ainda não vi ninguém que defende os quatro anos mudar para defender o mandato de cinco anos", dizia, ontem, na liderança do PMDB, o deputado Pimenta da Veiga (PMDB/MG), sustentando que o governo não terá condições de evitar a fixação de eleições para escolha do futuro presidente da República este ano "diante do agravamento da crise".

Um deputado do Nordeste informava, nesse encontro na liderança do PMDB, que o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, contou-lhe que o governador do Ceará, Tasso Jereissati, um dos governadores mais ligados ao presidente José Sarney, está de tal modo entendido com o go-

vernador Miguel Arraes que passou a defender o mandato de quatro anos.

O mesmo deputado sustentava que, se Tasso Jereissati confirmar a sua mudança de posição, esta será uma notícia que terá péssimo efeito psicológico para o governo, incidindo negativamente sobre o bloco de constituintes que defende o mandato de cinco anos para Sarney. "O Tasso Jereissati é um dos maiores amigos do Sarney", dizia esse deputado.

Outro parlamentar sustentava os dois golpes que sofreu o pleito dos cinco anos de mandato, na semana passada. Primeiro com a reunião de 16 governadores promovida pelo governador de Minas Gerais, em Belo Horizonte e Montes Claros. O governador foi obrigado a retirar da pauta da reunião o problema do mandato, depois de tê-lo anunciado aos quatro ventos.

O segundo fiasco foi o encontro de Montes Claros, também promovido pelo governador de Minas, reunindo governadores do Nordeste. Ao invés de uma manifestação em favor do mandato de cinco anos, essa reunião terminou com uma desagradável discussão pessoal entre os governadores Fernando Collor e Fernando César Mesquita.

Pimenta da Veiga interviu para dizer que discordava da análise de que o mandato de cinco anos ain-

da tenha maior número de constituintes do que o de quatro anos. "E tamanho o desgaste do governo no País — disse o parlamentar mineiro — que se a votação fosse hoje, no plenário, o mandato de quatro anos seria vitorioso".

Um parlamentar do PMDB do Rio Grande do Sul acentuava o efeito psicológico devastador que teve a frase do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP), citando São Francisco de Assis: "E dando que se recebe". Num reunião da bancada gaúcha do PMDB, um dos seus membros disse que deixaria de votar pelos cinco anos, por questões doutrinárias, "para não ser confundido com os constituintes que estão recebendo benesses do governo em troca da eleição em 1989".

Contava-se, ainda, que o deputado Ulysses Guimarães recebeu um duro recado do governador da Bahia, Waldir Pires: mandou dizer que não contasse com o seu apoio se o presidente do PMDB ficar com Sarney e os cinco anos.

Para um outro deputado, Maurício Fruet, presidente do PMDB do Paraná, que lhe dizia que Ulysses acabaria presidindo um partido só com a facção conservadora, que aderiu ao Centrão, o político paulista respondeu lacônica e significativamente:

— Eu vou consultar o travesseiro.